

DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA PÚBLICA: a construção do discurso na formação do Policial Militar de Goiás (1º Turma CFP/2023)

HUMAN RIGHTS AND PUBLIC SECURITY: The construction of discourse in the training of Military Police in Goiás (1st Class CFP/2023)

Eduardo de Paula Barros*
Edna Rodrigues Araujo**

RESUMO

Este estudo investiga a interseção entre segurança pública e direitos humanos, com foco no processo de capacitação de policiais militares em Goiás, investigando a implementação do conteúdo curricular relacionado aos Direitos Humanos na formação. O objetivo é desvelar os mecanismos de verdade nos discursos dos alunos, identificar dispositivos de verdade nas falas, analisar dificuldades na recepção do conteúdo e examinar os fatores que impactam a construção discursiva. A pesquisa adota abordagem qualitativa, coletando dados por meio de questionário. Os resultados indicam uma recepção positiva da disciplina, mudanças na visão e abordagem profissional, e a influência de fatores externos na percepção dos participantes. As sugestões para aprimoramento incluem estratégias pedagógicas dinâmicas e exemplos práticos.

Palavras-chave: segurança pública, direitos humanos, formação policial, construção discursiva, dispositivos de verdade, fatores externos.

ABSTRACT

This study investigates the intersection between public security and human rights, focusing on the training of military police officers in Goiás and analyzing the introduction of the Human Rights discipline in the soldiers' training. The objective is to unveil the truth mechanisms in students' speeches, identify truth devices in their expressions, analyze difficulties in comprehending the content, and examine the factors that impact discursive construction. The research adopts a qualitative approach, collecting data through a questionnaire. The results indicate a positive reception of the discipline, changes in the professional vision and approach, and the influence of external factors on the participants' perception. Suggestions for improvement include dynamic pedagogical strategies and practical examples.

Keywords: public security, human rights, police training, discursive construction, truth devices, external factors.

* Aluno do Curso de Formação de Praças, Turma Eco, 4ª Companhia, do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás (CAPM). E-mail: eduardo.depaulabarros.1@gmail.com

** Professora Orientadora: Doutora em Educação - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Professora do Programa de Pós-graduação e Extensão do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás - CAPM, ednarodriguesaraujo@gmail.com, Goiânia/Go.

1 INTRODUÇÃO

A interseção entre segurança pública e direitos humanos é crucial diante dos desafios sociais complexos, que envolvem violência, criminalidade e violações aos direitos fundamentais. Este estudo se propõe a analisar a construção discursiva na formação dos policiais militares de Goiás, com ênfase especial na introdução da disciplina de Direitos Humanos no Curso de Formação de Praças (1ª Turma/2023). O objetivo principal é desvelar os mecanismos de verdade presentes nos discursos dos alunos, capazes de gerar resistências a essa disciplina.

A qualificação profissional, especialmente para policiais militares, desempenha um papel crucial na garantia de uma atuação não apenas eficiente, mas também ética e respeitosa dos direitos humanos. Esta pesquisa visa contribuir com uma análise atualizada, propondo estratégias pedagógicas que não apenas transmitam conhecimento, mas também estimulem ativamente uma cultura de respeito aos direitos humanos no âmbito da segurança pública.

Nesse contexto, a indagação central deste estudo é: Como os alunos da 1ª Turma do Curso de Formação de Praças (2023) da Polícia Militar de Goiás acolhem e respondem ao discurso apresentado na disciplina de Direitos Humanos?

O objetivo geral consiste em identificar, na construção discursiva, os dispositivos manifestados em sala de aula pelos discentes durante a formação profissional dos policiais militares de Goiás, levando em consideração a inclusão da disciplina de Direitos Humanos no referido curso.

Para alcançar esse intento, os objetivos específicos abrangem o reconhecimento dos dispositivos de verdade nas falas dos discentes, a constatação das dificuldades na recepção e integração do conteúdo na formação e prática profissional, e a análise aprofundada dos principais fatores que impactam na construção discursiva, influenciando a relação entre segurança pública e direitos humanos. Os dados serão obtidos por meio de uma pesquisa qualitativa de livre participação, obtendo-se inclusive dados de recusa a participação para melhor fidedignidade dos resultados.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Ao longo da trajetória da humanidade, diferentes comunidades desenvolveram sistemas de conduta e normas sociais para estabelecer padrões que promovessem a harmonia e a

convivência social nas interações humanas. Os direitos humanos surgiram com o propósito de garantir a liberdade e assegurar os direitos individuais e coletivos. Somente após a Segunda Guerra Mundial, um conflito que impactou diretamente ou indiretamente todos os países do mundo, os direitos humanos ganharam força e alcançaram um reconhecimento mais amplo. Ao tomar conhecimento das atrocidades da guerra, especialmente as barbaridades sofridas por minorias como judeus, ciganos, deficientes físicos e mentais, poloneses, prisioneiros de guerra soviéticos e afro-germanos nas mãos do regime nazista, o fortalecimento dos direitos humanos se consolidou.

Com o objetivo de evitar a repetição de atrocidades, os Estados Membros da Liga das Nações decidiram estabelecer a Organização das Nações Unidas (ONU) em junho de 1945. A Carta das Nações Unidas foi proclamada em outubro do mesmo ano, com o principal propósito de "proteger as futuras gerações do flagelo da guerra e reafirmar a crença nos direitos fundamentais da humanidade". Em dezembro de 1948, foi divulgada a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que definiu padrões para liberdade, justiça e paz no mundo, fundamentados na dignidade de todos os membros da família humana e em valores éticos essenciais para a proteção dos direitos humanos. Esse documento tornou-se a base para a elaboração de tratados e pactos internacionais sobre direitos humanos, representando uma série de conquistas sociais e individuais ao longo da evolução da sociedade.

Reconhecer os elementos essenciais para assegurar uma existência digna implica estabelecer uma interligação entre diferentes direitos. Nessa perspectiva, as gerações de direitos, conforme delineadas por Ferreira (2000), simbolizam conquistas nos âmbitos político (liberdade), social (igualdade) e coletivo (solidariedade). No contexto brasileiro, o período do regime militar de 1964 a 1984 foi caracterizado por violações e restrições de direitos, afetando todas as camadas sociais. A partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, também conhecida como Constituição Cidadã, diversas iniciativas foram implementadas para fortalecer o princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, ampliando a visão de um Brasil emancipado e orientado para a valorização do ser humano.

Mesmo com a implementação da Constituição Cidadã no Brasil, ainda persistem desafios, como a violência. A literatura indica que a liderança da polícia militar enfatizava a abordagem violenta, utilizando do abuso de autoridade e meios agressivos de repressão a criminalidade. A relação entre Polícia e Direitos Humanos é um processo em construção, sujeito a polêmicas devido ao contexto histórico já incorporado à situação. O papel da polícia é crucial para o controle de conflitos sociais, mas a falta de compreensão do tema Direitos Humanos no meio policial é evidenciada. Silva (2004) sugere que essa falta de compreensão pode decorrer

do desconhecimento, discordância prática ou erro conceitual sobre os Direitos Humanos.

A formação dos policiais destaca a importância da unidade para lidar com situações de risco, defender a corporação contra críticas externas e proteger contra desvios policiais. No entanto, as organizações policiais expressam, de maneira dramatizada, as inverdades produzidas externamente, projetando uma legitimidade que não necessariamente reflete sua verdadeira relação com o contexto. A aplicação dos princípios de direitos humanos nas atividades cotidianas das organizações policiais ainda está condicionada a vários fatores, incluindo predisposições subjetivas, alternativas de avaliação e orientação do comando, bem como a incorporação interna desses princípios.

Com o intuito de provocar uma transformação na atuação policial, as academias de polícia e os cursos de formação e especialização incluíram disciplinas relacionadas à relevância dos direitos humanos no exercício policial. Essas alterações na formação e nos programas da corporação têm como objetivo aproximar a polícia da sociedade, estimulando a reflexão dos profissionais sobre a conduta policial em relação à dignidade humana. Borges (2013) ressalta que, ao ingressarem na corporação, os policiais devem estar cientes de que a polícia passou por mudanças e que devem encarar sua missão como um ato honroso.

Sendo assim, a disciplina de direitos humanos pressupõe a construção de um discurso e, que também de uma imagem daqueles que estão envolvidos no processo interativo. Segundo Amossy (2005, p. 9):

Para construir tal imagem, não é necessário que o enunciador fale sobre si ou apresente para os ouvintes suas características, suas qualidades e defeitos, pois, no momento do discurso, lançam-se pistas acerca desta imagem: seu estilo, sua visão de mundo, seu conhecimento acerca de determinados assuntos, dentre outros, que permitirão aos ouvintes realizarem a construção da imagem do enunciador.

O gênero discursivo refere-se de maneira específica ao desdobramento prático suscitado pelo enunciado em contextos usuais de integração nas relações humanas de comunicação, notadamente durante as aulas teóricas em ambiente acadêmico. Nessa esfera real e concreta, face à profunda diversidade de atividades comunicativas, enseja-se a possibilidade da constituição de uma formação discursiva na concepção de ideias e na implementação da disciplina de direitos humanos.

No âmbito da formação discursiva, a elaboração ideológica de cada pessoa desempenha um papel fundamental. O que é expresso torna-se um fator determinante a partir de uma posição específica, levando em consideração elementos como o uso da linguagem, o emissor e o receptor, o contexto local e o papel social que cada indivíduo desempenha na criação

de significado do discurso e no conteúdo manifestado.

O filósofo russo Bakhtin (2003, p. 294), um pensador da cultura europeia e das artes, salienta que "Os significados lexicográficos neutros das palavras da língua garantem sua identidade e compreensão mútua entre todos os seus falantes; no entanto, o emprego na comunicação discursiva viva é sempre de natureza individual-contextual". O autor fornece reflexões relevantes para compreender ou reconhecer a interação discursiva ligada à realidade e sua significação, suscetível a variações conforme a atribuição social destinada à palavra.

[...] palavra é expressiva, mas essa expressão, reiteramos, não pertence à própria palavra: ela nasce no ponto de contato da palavra com a realidade concreta e nas condições de uma situação real, contato esse que é realizado pelo enunciado individual (BAKHTIN, 2003, p. 294).

Sendo assim, não mais está dependente dos antigos dispositivos retóricos, hoje, há um envolvimento, uma grandeza histórico-ideológica, estado social, capacidade intelectual do indivíduo, que utiliza suas qualidades para creditar suas verdades e interpretações.

3 METODOLOGIA

Em relação à metodologia empregada, esta pesquisa optará por uma abordagem qualitativa. A coleta de dados será conduzida por meio da aplicação de um questionário semiestruturado em uma amostra, visando obter informações empíricas dos alunos matriculados no Curso de Formação de Praças (1ª Turma/2023). A escolha da amostra dependerá do interesse pessoal em participar/colaborar com o estudo, exigindo o consentimento explícito por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. A confirmação da participação voluntária ocorrerá mediante o preenchimento de um formulário enviado por meio do aplicativo de mensagens "WhatsApp" através da plataforma Google Form.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

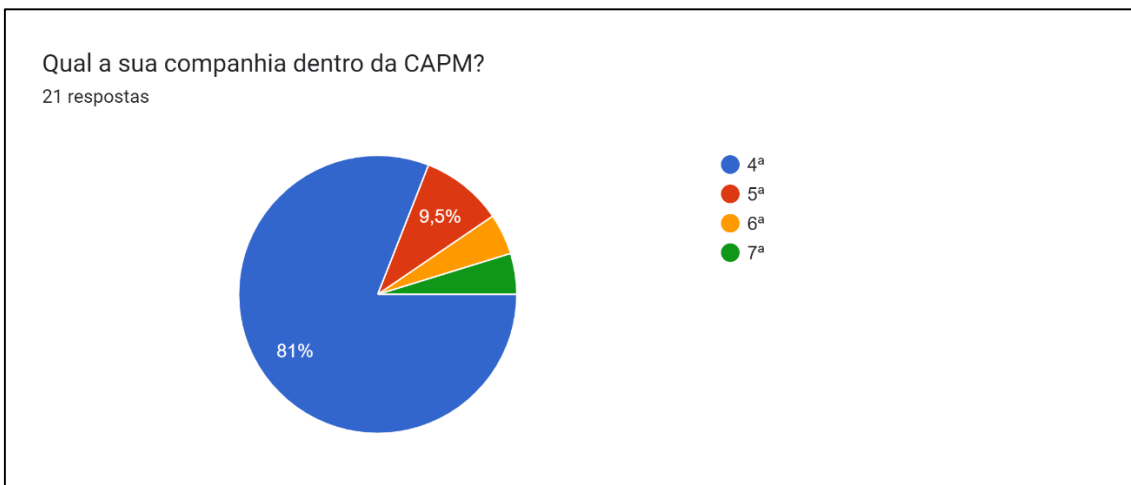
Ao explorarmos os dados obtidos por meio do questionário aplicado podemos vislumbrar uma visão mais clara do impacto da disciplina de Direitos Humanos na formação dos Alunos Soldados da Turma/1 do CFP 2023 da PMGO. Foram 21 (vinte e um) participantes que responderam voluntariamente as 14 (catorze), que se dividiam em 4 (quatro) perguntas visando obter o perfil dos participantes e 10 (dez) para análise da percepção sobre a matéria de

Direitos Humanos no Curso de Formação.

1. Perfil dos Participantes:

A maior parte dos participantes fazem parte da 4ª Companhia representando 81% dos 21.

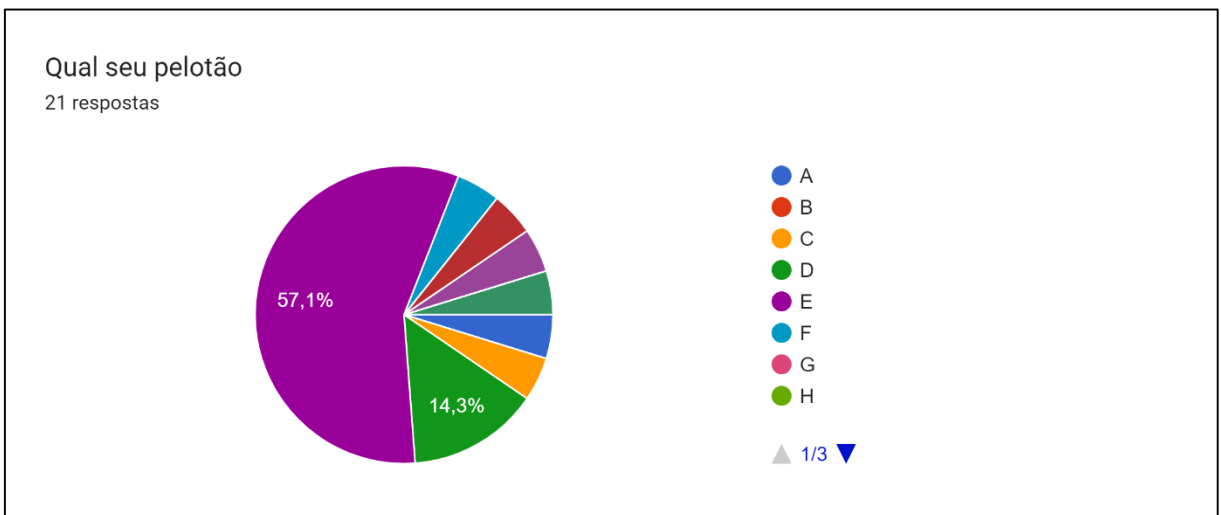
Gráfico 1 – Companhias



Fonte: o autor (2023).

Já em relação aos pelotões o pelotão ECHO representa a maioria dos participantes.

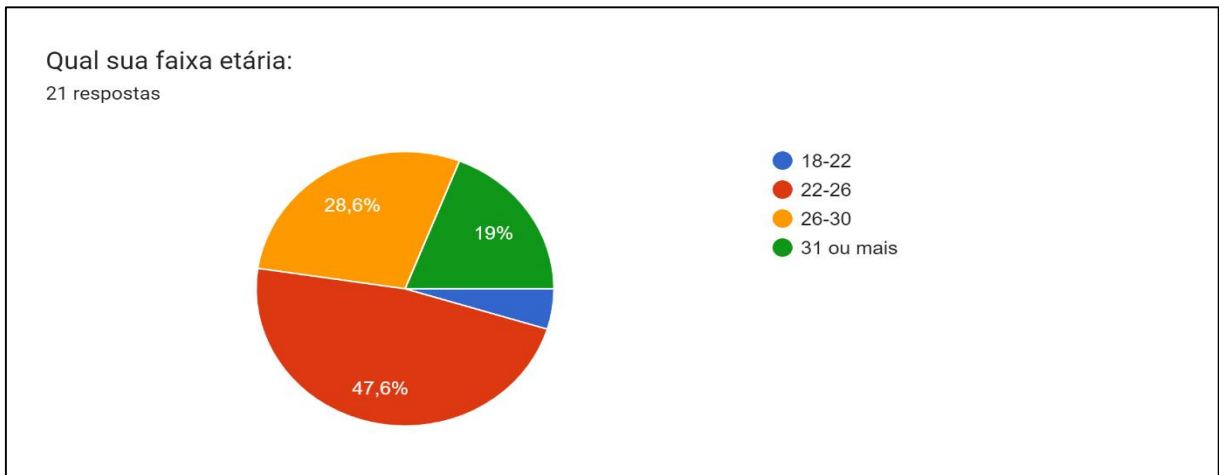
Gráfico 2 – Pelotões



Fonte: o autor (2023).

A faixa etária predominante dos participantes está entre 22 e 26 anos.

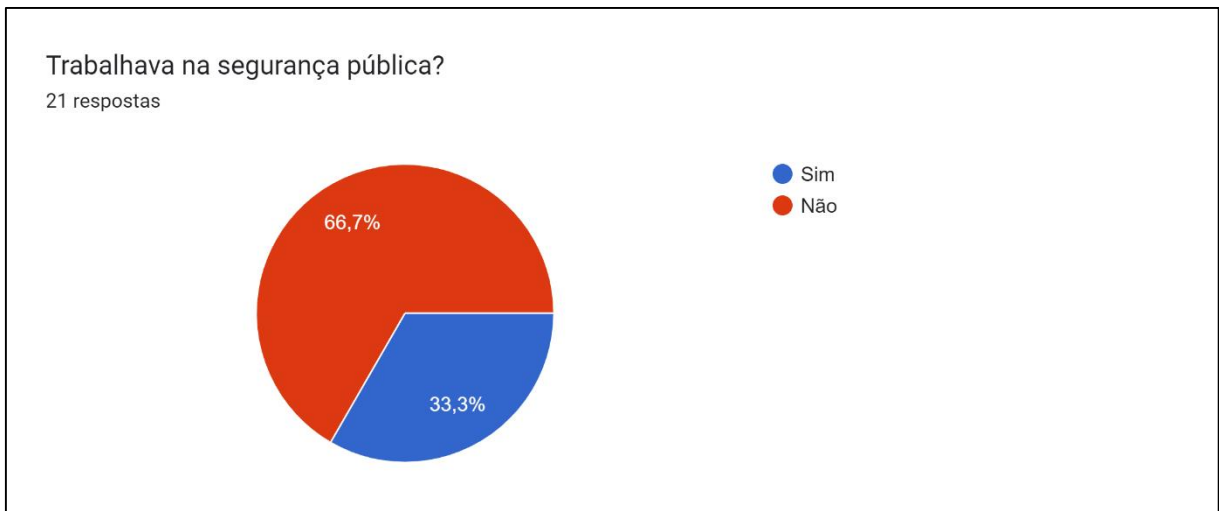
Gráfico 3 – Faixa etária



Fonte: o autor (2023).

Uma observação interessante é que a experiência anterior na segurança pública varia consideravelmente, sendo que a maioria dos participantes não tinha experiência prévia nesse setor.

Gráfico 4 – Experiência no setor de segurança



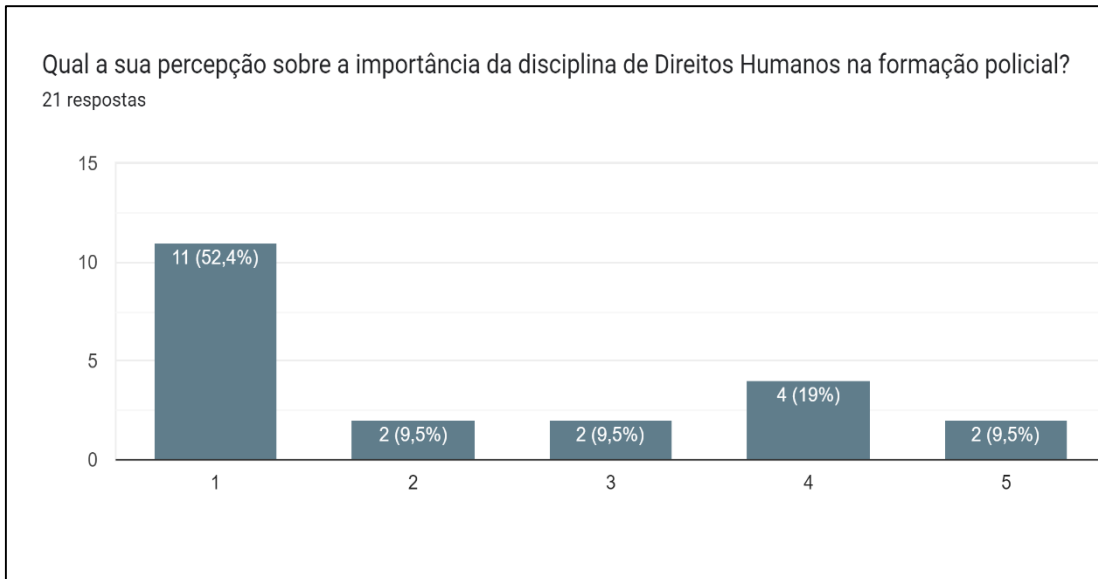
Fonte: o autor (2023).

2. Percepção sobre a Disciplina de Direitos Humanos

Os participantes indicaram importância atribuída à disciplina em uma escala de 1 a 5, onde 1 indicava de extrema importância e o 5 total irrelevância. a análise das respostas revela ser reconhecida a importância da disciplina (1 e 2) de Direitos Humanos na formação policial,

indicando uma valorização significativa da disciplina. No entanto, algumas respostas apontam para uma visão mais cética (4 e 5), sugerindo desafios na comunicação da relevância dos Direitos Humanos. As respostas neutras (3) indicam uma posição intermediária. Essa diversidade destaca a necessidade de estratégias pedagógicas eficazes para promover uma compreensão profunda e comprometida dos alunos com essa temática crucial.

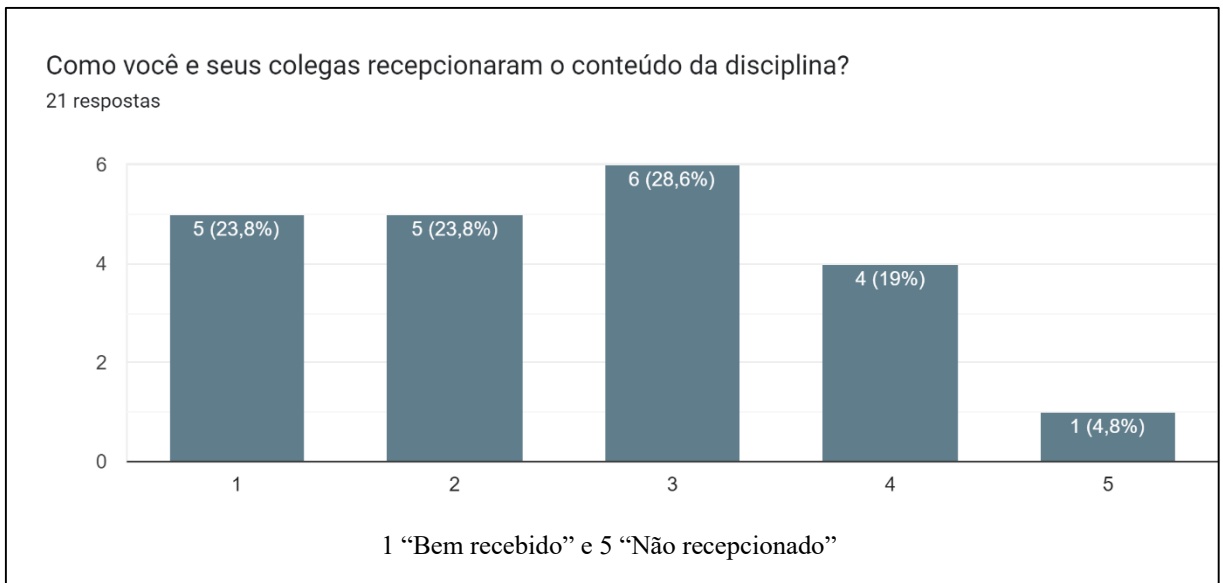
Gráfico 5 – Percepção da matéria



Fonte: o autor (2023).

A pesquisa revela uma recepção geralmente positiva do conteúdo da disciplina de Direitos Humanos entre os participantes. A maioria assinalou positivamente (1 e 2), indicando uma boa recepção. Algumas respostas neutras (3) sugerem uma perspectiva equilibrada. A presença de apenas uma pontuação mais alta (5) indica uma recepção menos favorável, destacando possíveis desafios ou discordâncias pontuais no grupo. Em resumo, a tendência é de uma aceitação positiva do conteúdo, com casos isolados de resistência..

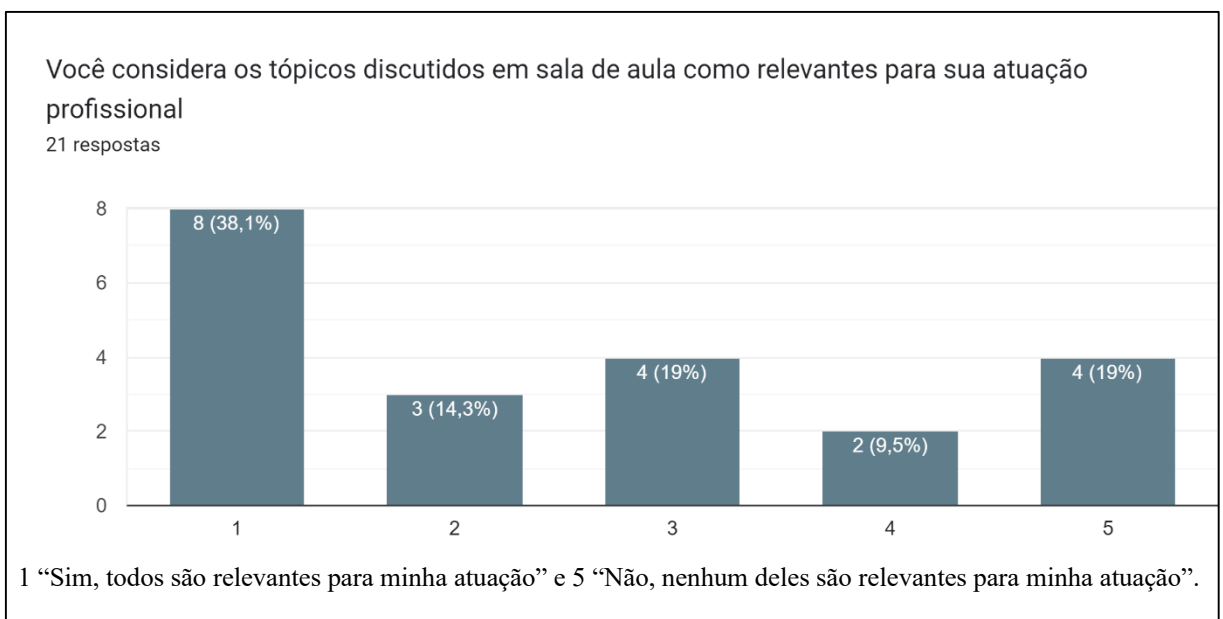
Gráfico 6 – Recepção



Fonte: o autor (2023).

A pesquisa revela uma forte percepção positiva quanto à relevância dos tópicos discutidos em sala de aula para a atuação profissional dos participantes. A maioria atribuiu pontuações entre 1 e 2, indicando alta relevância. Algumas respostas neutras (3) sugerem perspectivas equilibradas, enquanto pontuações (4 e 5) foram exceções, indicando opiniões menos alinhadas com a maioria. Em resumo, os tópicos discutidos são amplamente considerados relevantes, com algumas divergências pontuais.

Gráfico 7 – Discussão em sala e atuação profissional



Fonte: o autor (2023).

A análise dos resultados desta pesquisa evidencia uma percepção geralmente positiva dos participantes quanto à influência da disciplina de Direitos Humanos em suas visões e abordagens profissionais. A maioria dos respondentes indicou uma mudança significativa ou parcial em sua perspectiva após cursar a disciplina, destacando uma receptividade favorável ao conteúdo abordado.

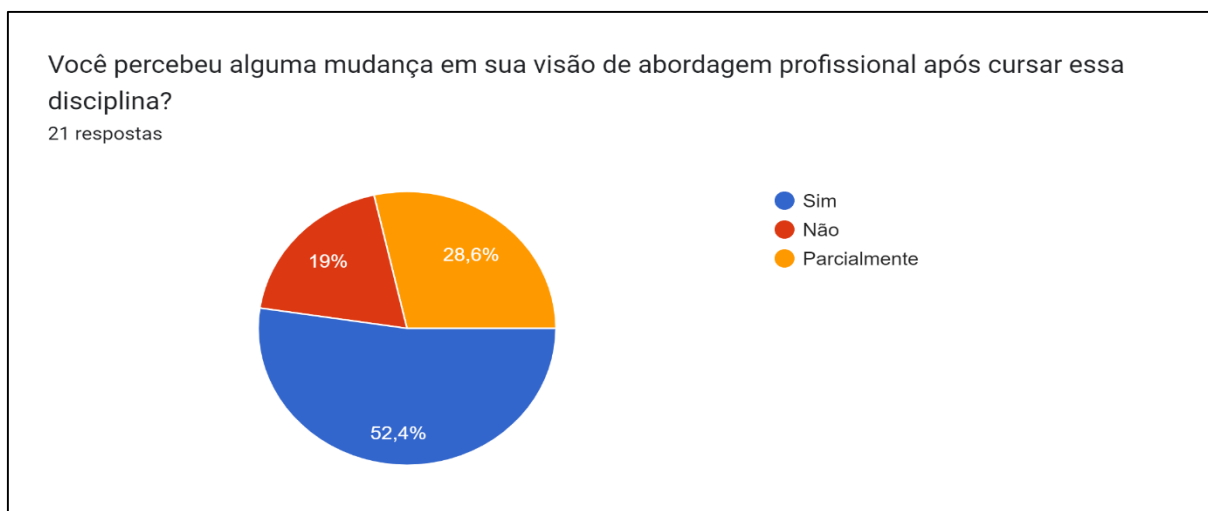
Essa receptividade encontra respaldo nas reflexões de Borges (2013), que aponta para a resistência histórica da instituição policial em relação aos direitos humanos. A pesquisa revela que, apesar desse histórico, os participantes reconhecem a necessidade de uma mudança nas convicções dos profissionais de segurança pública em relação aos direitos humanos.

Os avanços mencionados na inclusão de temas relacionados aos direitos humanos nos currículos das academias de polícia, conforme destacado por Borges, parecem refletir positivamente na percepção dos participantes. A visão de Balestreri (1998), que enfatiza o papel do policial como um educador de cidadania, também se alinha com os resultados, sugerindo que a disciplina influencia não apenas a atuação profissional, mas também a compreensão do papel social do policial.

Essa mudança de perspectiva é vital, como ressaltado por Loche, Cubas e Izumino (1999), que destacam a necessidade de adequar as práticas policiais aos preceitos constitucionais brasileiros. A pesquisa sugere que a disciplina de Direitos Humanos desempenha um papel crucial nesse processo de conscientização, promovendo uma abordagem mais equilibrada e respeitosa por parte dos profissionais de segurança pública.

Dessa forma, os resultados desta pesquisa corroboram as visões apresentadas pelos autores consultados, indicando uma influência positiva da disciplina de Direitos Humanos na visão e abordagem profissional dos policiais, contribuindo para uma atuação mais alinhada aos princípios dos direitos humanos e à dignidade da pessoa humana. Essa mudança de perspectiva, evidenciada pelos participantes, representa um passo significativo em direção a uma polícia mais consciente e comprometida com a promoção e defesa dos direitos fundamentais.

Gráfico 8 – Mudança da visão de abordagem



Fonte: o autor (2023).

A análise dos dados da pesquisa revela uma variedade de percepções entre os participantes em relação à incorporação dos princípios de Direitos Humanos na prática profissional. Dentre os entrevistados, uma parcela significativa expressou reconhecimento de dificuldades nesse processo, indicado pelas respostas "Sim". Essa resposta pode ser interpretada como um indicativo de desafios enfrentados pelos profissionais na aplicação prática dos princípios de Direitos Humanos em seu cotidiano.

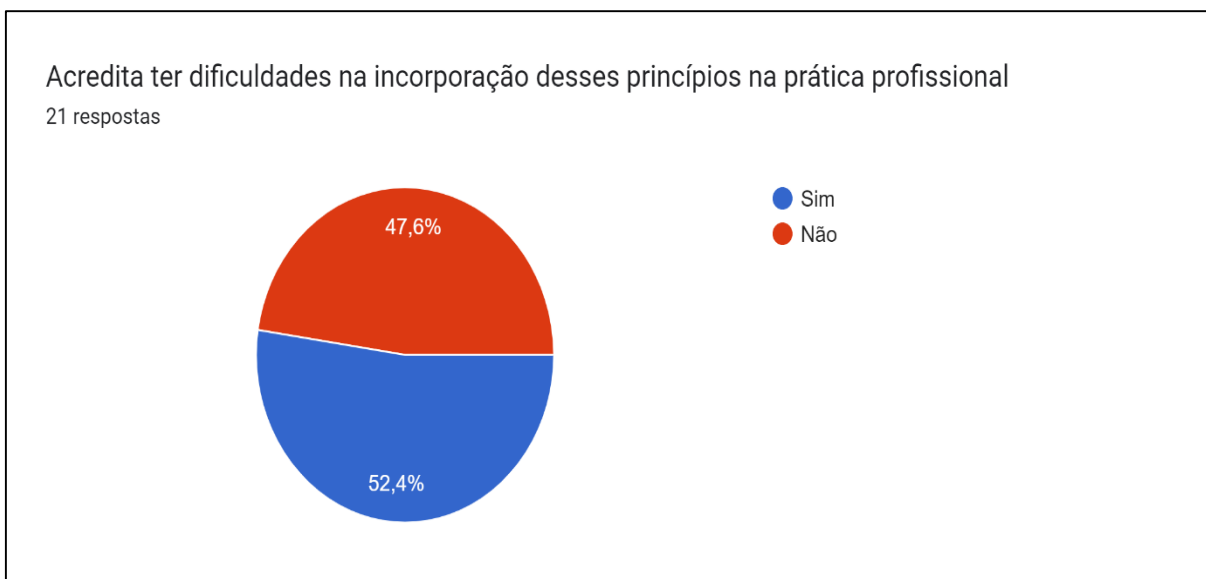
Por outro lado, uma parte dos participantes respondeu "Não", sugerindo que alguns não percebem grandes obstáculos na incorporação desses princípios em sua atuação profissional. Essa divergência nas respostas destaca a heterogeneidade de percepções dentro do grupo pesquisado, indicando que, para alguns, a integração dos princípios de Direitos Humanos pode ser mais fluida ou menos problemática.

Essa diversidade de respostas está em consonância com as reflexões apresentadas por MJ Silva (1989), que aborda a possibilidade de alguns policiais militares adotarem práticas desumanas e arbitrárias. As respostas "Sim" podem refletir a concordância com essa perspectiva, enquanto as respostas "Não" podem indicar uma visão mais otimista ou menos crítica sobre a atual situação.

É relevante observar que a pesquisa, por si só, não permite identificar as razões específicas por trás das percepções dos participantes. Questões como experiências anteriores, contextos individuais e a influência da formação recebida podem desempenhar um papel significativo nas respostas divergentes.

Dessa forma, a análise dos dados aponta para a complexidade e nuances envolvidas na relação entre a formação policial, a prática profissional e a incorporação dos princípios de Direitos Humanos. Essa diversidade de perspectivas destaca a necessidade de abordagens mais personalizadas na formação dos profissionais de segurança pública, considerando as diferentes realidades e desafios enfrentados por cada indivíduo.

Gráfico 9 – Dificuldades praticas



Fonte: o autor (2023).

Na análise dos resultados, observa-se uma convergência entre as percepções dos participantes sobre a influência de fatores externos na visão sobre Direitos Humanos e as reflexões apresentadas pelos autores Tavares dos Santos (1997), Poncioni (2007, 2012), e França (2016).

Tavares dos Santos (1997), ao discutir a evolução histórica da polícia, fornece um pano de fundo que permite compreender a sensibilidade dos participantes à influência do ambiente externo. As respostas afirmativas dos policiais indicam um reconhecimento da importância desses fatores, alinhando-se à noção de que a polícia é moldada por demandas sociais e contextos históricos.

As análises de Poncioni (2007, 2012) sobre a crise na polícia brasileira ressoam nas respostas dos participantes. A percepção de uma atuação violenta e arbitrária, influenciada por fatores externos, evidencia uma correlação direta com a discussão do autor sobre a ineficácia do modelo tradicional e a necessidade de uma profissionalização mais eficiente.

França (2016), ao destacar os desafios na formação policial, proporciona um quadro interpretativo para as respostas divergentes dos participantes sobre o impacto dos fatores externos em sua visão pessoal sobre Direitos Humanos. A tensão entre a militarização do curso, apontada por França, e a necessidade de humanização se reflete nas diferentes perspectivas dos policiais, evidenciando a complexidade dessas influências externas.

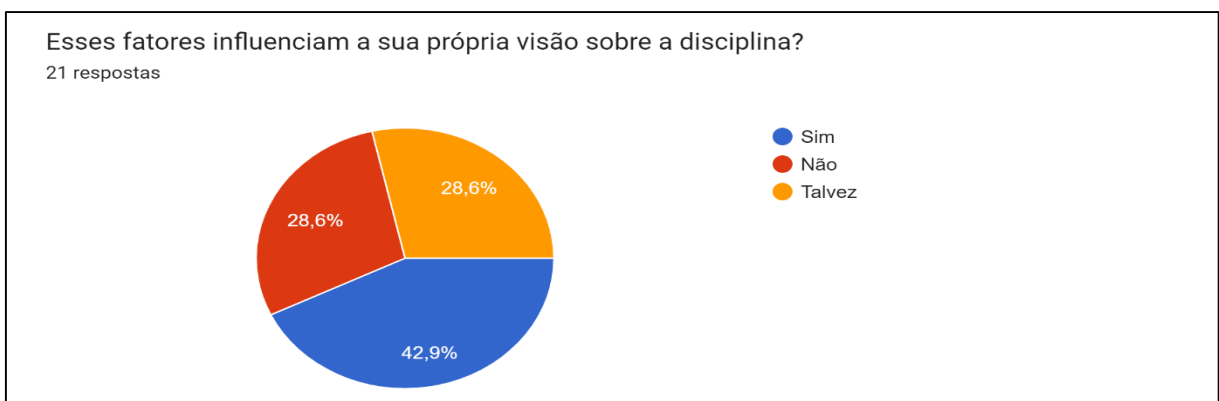
Assim, os resultados da pesquisa não apenas corroboram, mas também expandem as discussões dos autores, proporcionando uma compreensão mais específica sobre como esses fatores externos se manifestam na visão dos participantes sobre Direitos Humanos no contexto da formação policial. Essa análise conjunta amplia nossa compreensão das dinâmicas envolvidas, orientando potenciais ajustes nas práticas de formação e na promoção de uma atuação mais alinhada aos princípios dos Direitos Humanos.

Gráfico 10 – Fatores externos e visão coletiva



Fonte: o autor (2023).

Gráfico 11 – Fatores externos e visão individual



Fonte: o autor (2023).

A análise dos dados revela insights cruciais sobre a influência da disciplina de Direitos Humanos na formação profissional dos policiais militares. Ao examinar as respostas dos participantes, notamos padrões recorrentes que convergem com as discussões teóricas apresentadas por renomados autores no campo da formação policial e direitos humanos.

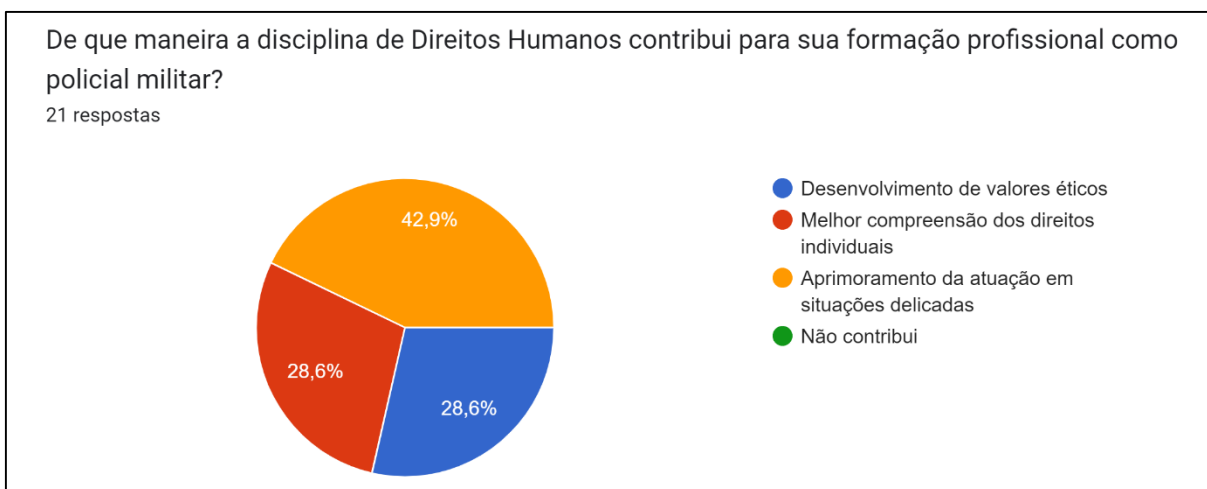
A identificação frequente do desenvolvimento de valores éticos como uma contribuição significativa da disciplina reflete a perspectiva de Balestreri (1998), que enfatiza o papel do policial como um "educador de cidadania". Essa correlação sugere que os policiais percebem a ética como uma dimensão crucial de sua atuação, transcendendo as práticas tradicionais e assumindo um papel formador na sociedade.

A ênfase na melhoria na compreensão dos direitos individuais, como evidenciada nas respostas dos participantes, encontra respaldo nas ideias de Loche, Cubas e Izumino (1999), que destacam a necessidade de os policiais preservarem a ordem pública de maneira equilibrada, respeitando os direitos dos cidadãos. A percepção dos policiais sugere uma aplicação prática desse conhecimento na promoção efetiva dos direitos individuais durante o exercício de suas funções.

A constatação de um aprimoramento na atuação em situações delicadas, mencionado pelos participantes, alinha-se às preocupações levantadas por França (2016) sobre a necessidade de humanização na formação policial. Essa habilidade aprimorada para lidar com desafios práticos sugere uma aplicação concreta dos princípios discutidos na disciplina, indicando um movimento em direção a uma atuação mais consciente e sensível.

Dessa forma, a análise destes dados proporciona uma compreensão mais profunda de como a disciplina de Direitos Humanos impacta positivamente na formação profissional dos policiais militares, alinhando-se não apenas às expectativas dos participantes, mas também às teorias e discussões acadêmicas sobre o tema. Essa interseção entre as percepções práticas e os fundamentos teóricos oferece uma contribuição significativa para o aprimoramento contínuo das práticas de formação policial em consonância com os princípios dos Direitos Humanos.

Gráfico 12 – Contribuição para formação



Fonte: o autor (2023).

4. Sugestões e Feedback:

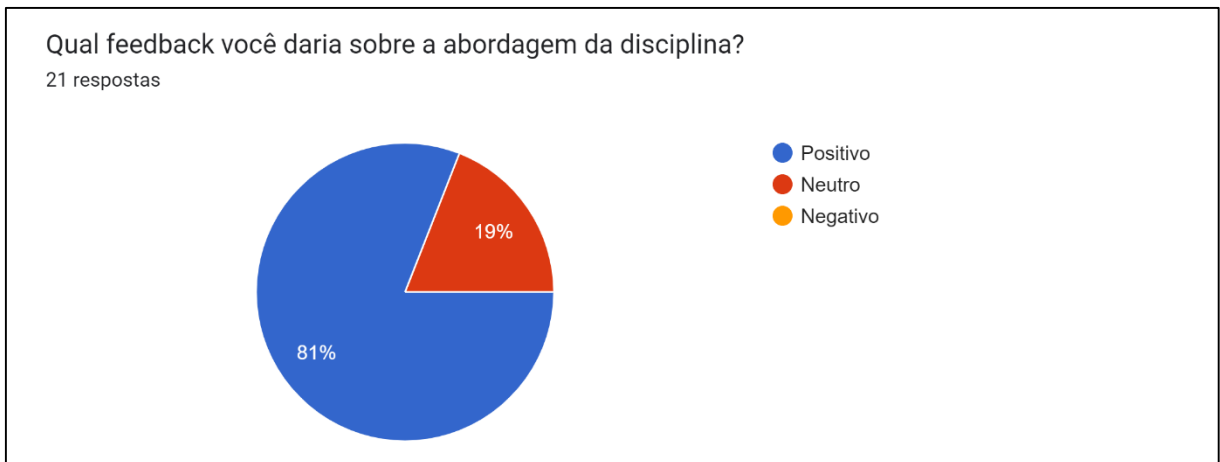
A análise dos dados referentes ao feedback sobre a disciplina de Direitos Humanos e as sugestões para aprimoramento oferece insights fundamentais para avaliar a eficácia do ensino e identificar oportunidades de melhorias. A predominância de feedback positivo sugere uma aceitação inicial da relevância da disciplina na formação de policiais militares, alinhando-se à expectativa de promover uma atuação ética e respeitosa aos direitos humanos.

As sugestões para aprimoramento destacam a busca por estratégias pedagógicas mais dinâmicas, como mais debates e uma abordagem operacional. A necessidade percebida de exemplos práticos do cotidiano policial indica o desejo de estabelecer uma conexão direta entre os conceitos teóricos e a realidade profissional, visando tornar o ensino mais envolvente e aplicável à prática.

Esses insights estão em sintonia com os desafios previamente identificados, como a resistência à disciplina. As sugestões apresentadas pelos participantes refletem a intenção de superar obstáculos percebidos e aprimorar a eficácia do ensino, alinhando-o às expectativas específicas dos policiais militares em formação.

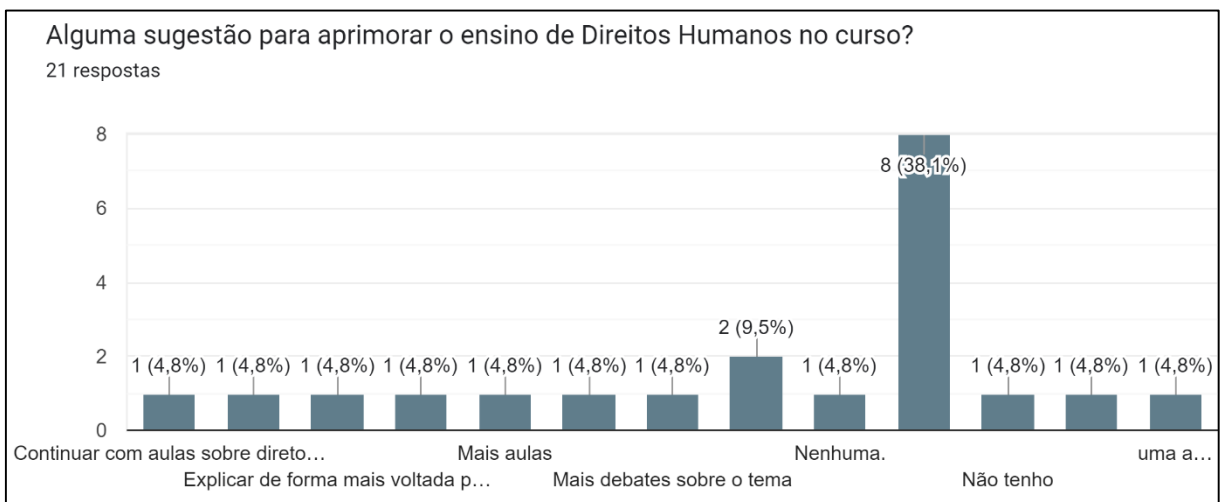
Em resumo, a análise dos dados proporciona uma compreensão aprofundada das percepções e necessidades dos participantes em relação à disciplina de Direitos Humanos. Esses dados constituem valiosos subsídios para o aprimoramento da abordagem de ensino, visando uma formação mais eficaz e alinhada aos princípios éticos e práticos essenciais à atuação policial.

Gráfico 13 – Feedback



Fonte: o autor (2023).

Gráfico 14 – Sugestões



Fonte: o autor (2023).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término desta pesquisa, é possível afirmar que a disciplina de Direitos Humanos exerce um impacto significativo na formação dos Alunos Soldados da Turma/1 do CFP 2023 da PMGO. A análise dos dados obtidos por meio do questionário revelou insights cruciais sobre a percepção dos participantes em relação à disciplina, seus desafios e, mais importante, os avanços alcançados.

O perfil demográfico dos participantes evidencia a diversidade na composição da faixa etária entre 22 e 26 anos e a falta de experiência prévia no setor de segurança pública apontam para uma turma com características específicas que podem influenciar a receptividade à

disciplina.

A percepção sobre a disciplina de Direitos Humanos revela um reconhecimento geral da sua importância na formação policial. No entanto, a presença de respostas mais céticas destaca desafios na comunicação da relevância desses temas, sugerindo a necessidade de estratégias pedagógicas mais eficazes.

A mudança na visão e abordagem dos participantes após cursar a disciplina demonstra uma receptividade positiva e uma conscientização significativa sobre os direitos humanos. Essa mudança, alinhada às teorias de Borges (2013) e Balestreri (1998), representa um avanço crucial na formação ética e sensível dos futuros policiais.

A análise das dificuldades práticas na incorporação dos princípios de Direitos Humanos na prática profissional destaca a complexidade desse processo e a necessidade de abordagens personalizadas na formação dos profissionais de segurança pública.

A relação entre fatores externos e a visão coletiva e individual sobre Direitos Humanos amplia as discussões teóricas de Tavares dos Santos (1997), Poncioni (2007, 2012) e França (2016), proporcionando uma compreensão mais específica de como esses fatores se manifestam na visão dos participantes.

As sugestões e feedback dos participantes oferecem diretrizes valiosas para o aprimoramento contínuo da abordagem de ensino, visando estratégias pedagógicas mais dinâmicas e uma conexão direta com a realidade profissional.

Em última análise, os resultados desta pesquisa não apenas validam, mas também enriquecem as discussões teóricas, fornecendo uma base sólida para a evolução constante da formação policial. Ao considerar a influência positiva da disciplina de Direitos Humanos na formação ética, sensível e consciente dos policiais militares, concluímos que o investimento na promoção desses princípios é crucial para o desenvolvimento de uma força policial comprometida com os valores fundamentais dos direitos humanos e a dignidade da pessoa humana. Este estudo, portanto, contribui significativamente para o entendimento e aprimoramento contínuo das práticas de formação policial no contexto brasileiro.

6 REFERÊNCIAS

- ALCANTARA HONÓRIO, Christiane; GARCIA DA SILVA, Sullyvan. **Direitos Humanos e Polícia Militar: percepções e significados para os policiais militares do 17º BPM na cidade de Águas Lindas-Goiás**. Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública, v. 11, n.1, 2018. Disponível em: <<https://revista.ssp.go.gov.br/index.php/rebesp/article/view/322>>. Acesso em: 27/08/2023.
- AMOSSY, Ruth. (org.). **A imagem de si no discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.
- BAKHTIN, Mikhail. **O Problema do texto na linguística, na filosofia e em outras ciências humanas**. In: **Estética da criação verbal**. 4 ed. Trad. P. Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BALESTRERI, Ricardo. **Um novo paradigma de segurança pública**. In: COSTA, Ivone Freire; BALESTRERI, Ricardo (Orgs.). **Segurança Pública no Brasil: um campo de desafios**. Salvador: EDUFBA, 2010.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- BORGES, Yara Gonçalves Emerick. **A Atividade Policial e os Direitos Humanos**. São Paulo, 2013.
- BRASIL, Maria Glauciria Mota; LOPES, Emanuel Bruno; MIRANDA, Ana Karine Pessoa C. **Direitos humanos e formação policial: Reflexões sobre limites e possibilidades. O público e o privado**, v. 9, n. 18 jul. dez, p. 111-127, 2011. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2478/2239>>. Acesso em: 27/08/2023.
- DA SILVA, Ruan Diego Sande; PANATIERI, Cristiane Bianco. **ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR E SEU PAPEL NA FORMAÇÃO DOS POLICIAIS MILITARES DO CFP DE GOIÂNIA**. 2019. Disponível em: <<http://dspace.pm.go.gov.br:8080/pmgo/handle/123456789/1862>>. Acesso em: 27/08/2023.
- FERREIRA, Manoel. **Direitos Humanos Fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2000.
- GUITARRARA, Paloma. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.htm#Hist%C3%B3ria+da+Declara%C3%A7%C3%A3o+Universal+dos+Direitos+Humanos>>. Acesso em: 08/10/2023.
- JUNIOR, Paulo de Castro; BELCHIOR, Willian Barbosa. **POLÍCIA X DIREITOS HUMANOS ACADEMIA DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS-CAMP**. 2018. Disponível em: <<http://dspace.pm.go.gov.br:8080/pmgo/handle/123456789/833>>. Acesso em: 27/08/2023.

PANTOJA, José Roberto Afonso; DE BARROS FERREIRA, Norma Iracema; LEÃO, Richard Douglas Coelho. **O reflexo das políticas de educação em direitos humanos na formação do policial militar**. REDD–Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, v. 11, n. 1, p. 71-84, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/article/view/12724/9599>>. Acesso em: 27/08/2023.

SILVA, J. A. **Curso de direito constitucional positivo**. 23ª edição. Editora Malheiros. São Paulo, 2004

SOUZA, Adilson Paes de. **A Educação em Direitos Humanos na Polícia Militar**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-27092012093421/publico/DissertacaoTexto_Final_Adilson_Paes_de_Souza.pdf>. Acesso em: 27/08/2023.

UNITED States Holocaust Memorial Museum. **VÍTIMAS DO PERÍODO NAZISTA: IDEOLOGIA RACIAL NAZISTA**. Disponível em: <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/victims-of-the-nazi-era-nazi-racial-ideology>> Acesso em: 08/10/2023.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIDO

DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA PÚBLICA: a construção do discurso na formação do Policial Militar de Goiás (1º Turma CFP/2023)

COMANDO DA ACADEMIA DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS – CAPM PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA Linha de Pesquisa: DIREITOS HUMANOS, ÉTICA E ENSINO POLICIAL MILITAR. Projeto de Pesquisa: DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA PÚBLICA: a construção do discurso na formação do Policial Militar de Goiás (1º Turma CFP/2023).

Discente: Eduardo de Paula Barros

Orientadora: Prof. Dra. Edna Rodrigues Araujo

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO: Alunos Soldados da Turma/1 do CFP 2023.

Eu, _____
_____(nome, nacionalidade, idade, estado civil, profissão, endereço), estou sendo convidado a participar de um estudo em nível de Pós-Graduação Lato Sensu intitulado por: Polícia e segurança pública. objetivo investigar a temática de direitos humanos, com objetivo de compreender o discurso de verdade dos direitos humanos no curso de formação da PMGO.

Como justificativa da pesquisa, o tema dos direitos humanos aplicados à segurança pública é de extrema importância para a sociedade brasileira, que enfrenta elevados índices de violência, criminalidade e violações dos direitos humanos. A capacitação profissional dos agentes de segurança pública, especialmente os policiais militares, é um aspecto fundamental para assegurar uma atuação eficaz, ética e respeitosa aos direitos humanos. A Polícia Militar é responsável pelo serviço preventivo e ostensivo, devendo pautar ação e atenção voltadas para o respeito e aplicação dos Direitos Humanos. Essa pesquisa contribuirá para que haja uma nova análise e aprimoramento para tornar a disciplina atrativa a partir da proposição de estratégias pedagógicas que promovam uma cultura de respeito aos direitos humanos na segurança pública. A minha participação no referido estudo será no sentido de ser atender ao seguinte roteiro específico:

1) Informações do participante

2) Visão sobre os Direitos Humanos

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo. Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento sem precisar justificar, por desejar sair da pesquisa. O pesquisador responsável é o Eduardo de Paula Barros, aluno do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA – CAPM, sob orientação da Prof. Dra. Edna Rodrigues Araújo, e com a pesquisador poderei manter contato pelo telefone (64) 9 9262-9013. Todas as informações obtidas serão sigilosas. O material com as suas informações ficará guardado em local seguro sob a responsabilidade do Discente Eduardo de Paula Barros (nome completo) com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade e que será destruído após a pesquisa. A divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os participantes. Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar nome, Unidade Operacional a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade. Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Goiânia, 23 de Outubro de 2023.

Aceito

Não aceito

INFORMAÇÃO DE PARTICIPANTE

2. Qual a sua companhia dentro da CAPM?

4ª

5ª

6ª

7ª

3. Qual seu pelotão

A

B

C

D

E

F

G

H

I

J

K

L

M

N

O

P

Q

R

4. Qual sua faixa etária:

18-22

22-26

26-30

31 ou mais

5. Trabalhava na segurança pública?

Sim

Não

VISÃO SOBRE OS DIREITOS HUMANOS

6. Qual a sua percepção sobre a importância da disciplina de Direitos Humanos na formação policial?

1 2 3 4 5

7. Você considera os tópicos discutidos em sala de aula como relevantes para sua atuação profissional

1 2 3 4 5

Sim, todos são relevantes para minha atuação Não, nenhum deles são relevantes para minha atuação

8. Com o você e seus colegas recepcionaram o conteúdo da disciplina?

1 2 3 4 5

Bem recebido Não recepcionado

9. Acredita ter dificuldades na incorporação desses princípios na prática profissional

Sim

Não

10. Fatores externos, na sua opinião, impactam na forma como os colegas lidam com os temas de Direitos Humanos?

- Sim
- Não
- Talvez

11. Esses fatores influenciam a sua própria visão sobre a disciplina?

- Sim
- Não
- Talvez

12. De que maneira a disciplina de Direitos Humanos contribui para sua formação profissional como policial militar?

- Desenvolvimento de valores éticos
- Melhor compreensão dos direitos individuais
- Aprimoramento da atuação em situações delicadas
- Não contribui
- Outro:

13. Você percebeu alguma mudança em sua visão de abordagem profissional após cursar essa disciplina?

- Sim
- Não
- Parcialmente

14. Qual feedback você daria sobre a abordagem da disciplina?

- Positivo
- Neutro
- Negativo

15. Alguma sugestão para aprimorar o ensino de Direitos Humanos no curso?